



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG  
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

# **Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação e Saúde**

**Valores até Julho/2014**

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – km 5, nº 4600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC  
Fones: (48) 3665-2773, 3665-2633 e 3665-2727





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG  
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**GOVERNADOR DO ESTADO**  
João Raimundo Colombo

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**  
Antonio Marcos Gavazzoni

**DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL**  
Adriano de Souza Pereira

**ASSESSOR DO DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL**  
Vagner Alonso Pacheco

**GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**  
Graziela Luiza Meinheim

**GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA**  
Flávio George Rocha

**GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA**  
Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco

**GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL**  
Vera Lucia Haverroth Santana

**GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**  
Michele Patrícia Roncalio

**ELABORAÇÃO:**  
Gerência de Informações Contábeis

**EQUIPE:**  
Graziela Luiza Meinheim  
Heber Lima da Costa  
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira  
Marcelo Fernandes Pedrosa  
Mário Wendhausen Gentil  
Paulo Rodrigo Capre  
Rogério Felipe Pereira  
Rosangela Della Vechia

**Informações:**  
**Telefones:** (48) 3665-2773, 3665-2727,  
3665-2633, 3665-2710

**E-mail:** [geinc@sefaz.sc.gov.br](mailto:geinc@sefaz.sc.gov.br)

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC



## **Aplicação Mínima Anual**

A Constituição Federal determina uma aplicação mínima anual de recursos nas áreas de educação e saúde. Dessa forma, o cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício\*.

Para a Educação deverão ser aplicados, no mínimo, 25% da RLI.

Para a Saúde deverão ser aplicados, no mínimo, 12% da RLI.

O Governo do Estado de Santa Catarina vem cumprindo anualmente o mínimo constitucional, conforme pode ser constatado na tabela a seguir:

### **EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE / RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS**

	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Percentual Aplicado em Educação</b>	27,08%	26,30%	26,19%	26,57%	29,42%	28,30%	28,05%
<b>Percentual Aplicado em Saúde</b>	12,47%	12,14%	12,04%	12,09%	12,14%	12,02%	12,51%

## **Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI**

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde.

### **Composição da RLI (= 1 + 2 – 3)**

(+) 1 – Impostos Arrecadados diretamente pelo Estado (inclui juros, multa e dívida ativa):

ICMS

IPVA

ITCMD

IRRF (retido da folha dos servidores e no pagamento de fornecedores)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG**  
**GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

(+) 2 – Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União:

FPE

ICMS Desoneração – LC nº87/1996

IPI-Exportação

IOF-Ouro

(-) 3 – Deduções da RLI: do valor recebido pelo Estado pela arrecadação de impostos (item 1 acima) e transferências da União (item 2 acima), parte é repassada aos municípios e outra restituída aos contribuintes. Assim, o Estado repassa/devolve:

**Aos municípios:** 25% do ICMS e IPI-Exportação e 50% do IPVA arrecadados;

**Restituições:** devoluções aos contribuintes dos impostos arrecadados indevidamente (exemplos: contribuinte pagou em duplicidade; contribuinte que pagou valor maior que o devido).

## **Receitas do FUNDEB**

Dos valores dos impostos arrecadados pelo Estado e após o repasse aos municípios, ou seja, da parcela pertencente ao Estado são destinados ao FUNDEB 20% dos seguintes impostos:

ICMS

IPVA

ITCMD

FPE

ICMS Desoneração – LC nº87/1996

IPI-Exportação

Após a destinação dos recursos para o FUNDEB, o mesmo distribui os recursos de acordo com o número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública, atualizados com os dados do último censo escolar. Para os Municípios é considerado o número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental e para o Estado o número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio.

Devido a um coeficiente chamado “fator de ponderação” que varia de acordo com a etapa e a modalidade do ensino, o governo do Estado de Santa Catarina envia mais recursos para o fundo do que recebe como retorno do FUNDEB. Esta diferença é denominada de PERDA DO FUNDEB. No entanto o Estado de Santa Catarina não perde, pois estes recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses.

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – km 5, nº 4600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC  
Fones: (48) 3665-2773, 3665-2633 e 3665-2727





DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO  
JULHO DE 2014

R\$ 1,00

RECEITAS	
<b>I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>8.519.746.082,22</b>
Impostos	10.516.744.439,87
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	730.504.799,02
(-) Repasses aos Municípios - Transferências Constitucionais e Legais	2.727.503.156,67
<b>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>145.557.747,26</b>
Transferências do FNDE	145.557.747,26
Transferências de Convênios Destinados a Programas de Educação	-
<b>RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>1.109.505.078,56</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.098.185.288,95
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	11.319.789,61
DESPESAS	
<b>II - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DAS FONTES TESOIRO<sup>1</sup></b>	<b>843.304.413,25</b>
<b>III - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>1.088.396.535,39</b>
Pagamento dos Profissionais do Magistério	901.419.507,65
Outras Despesas	186.977.027,74
<b>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>168.650.481,87</b>
Custeadas com a Contribuição Social do Salário-Educação	99.922.637,89
Custeadas com Outras Receitas	68.727.843,98
<b>IV - DEDUÇÕES/ADIÇÕES PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>457.968.812,11</b>
Perda nas Transferências do FUNDEB	470.601.099,38
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	(11.319.789,61)
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	(523.996,10)
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos	(788.501,56)
Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores (Fontes Tesouro e Fundeb) <sup>2</sup>	-
<b>V - DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>39.330.993,64</b>
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	39.330.993,64
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III + IV)</b>	<b>2.389.669.760,75</b>
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS ATÉ O MÊS <sup>3</sup>	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (25% DA RLI)	<b>2.129.936.520,56</b>
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	<b>2.389.669.760,75</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>259.733.240,20</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>28,05</b>
VALOR DO FUNDEB A APLICAR NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (60% DO FUNDEB)	<b>665.703.047,14</b>
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	<b>862.088.514,01</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>196.385.466,87</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO<sup>4</sup></b>	<b>77,70</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina - SIGEF/SC

Notas:

<sup>1</sup> De acordo com o Ofício SEF/GABS nº 1292/2007, as despesas com inativos serão excluídas gradativamente, à razão de 5% a.a., a contar de 2007. Portanto, foram consideradas 60% das despesas liquidadas custeadas com recursos do Tesouro do Estado.

<sup>2</sup> Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2014 foram cancelados R\$ 6.119.471,41 dos Restos a Pagar inscritos em 2013 (Fontes Tesouro e Fundeb). Como em 2013 o Estado aplicou R\$ 446.177.377,95 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

<sup>3</sup> O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação anual de, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos.



DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE  
JULHO DE 2014

R\$ 1,00

<b>I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>8.519.746.082,22</b>
Impostos	10.516.744.439,87
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	730.504.799,02
Deduções De Transferências Constitucionais aos Municípios	2.727.503.156,67
<b>DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE<sup>1</sup></b>	
DESPESAS COM SAÚDE (Todas as fontes)	1.458.025.034,58
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-
(-) DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	387.448,62
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	353.239.642,29
Recursos do Sistema Único de Saúde	308.330.770,88
Recursos de Operações de Crédito	-
Outros Recursos	44.908.871,41
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADOS À SAÚDE	-
<b>II - TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (Fonte Tesouro)</b>	<b>1.104.397.943,67</b>
<b>III - AJUSTES CONSIDERADOS PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	
<b>(38.826.210,81)</b>	
Restos a Pagar Cancelados - Vinculados à Saúde (Fonte Tesouro) <sup>2</sup>	(38.826.210,81)
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III)</b>	<b>1.065.571.732,86</b>
<b>VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL ATÉ O MÊS<sup>3</sup></b>	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (12% DA RLI)	1.022.369.529,87
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	1.065.571.732,86
<b>DIFERENÇA</b>	<b>43.202.202,99</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>12,51</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS:

<sup>1</sup> Nas Despesas com Saúde foram consideradas as despesas executadas na Função 10 - Saúde, exceto as executadas pelo Fundo do Plano de Saúde e pela Secretaria de Administração na ação 952 - Saúde e segurança no contexto operacional, pois, embora contabilizados na Função 10, não são de acesso universal, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional n° 29.

<sup>2</sup> Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2014 foram cancelados R\$ 35.422.060,23 dos restos a pagar inscritos em 2013 ( Fonte do Tesouro ). Como em 2013 o Estado aplicou R\$ 2.773.480,55 além do mínimo constitucional exigido, o valor a ser ajustado em 2014 é de R\$ 32.648.579,68.

<sup>3</sup> O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação **anual** de, no mínimo, 12% da Receita Líquida de Impostos.

Florianópolis, 11 de Agosto de 2014.

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRCSC n° 25.111/O-7

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS  
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2